

## A geração dos netos da guerra civil espanhola: história, memória e conflito geracional

*Victor de Oliveira Pinto COELHO<sup>1</sup>*

**Resumo:** O artigo visa a discutir a articulação entre a crise política recente e a disputa pela memória histórica na Espanha, destacando o uso do conceito de geração dos netos da guerra. Tal como no Brasil, mas mais explicitamente, essa dimensão geracional se coloca como contestação do pacto transicional, envolvendo uma disputa pela memória histórica aliada a uma crítica dirigida à falência democrática do sistema político institucional. Primeiro, apresentamos o tema e os debates em torno da generación de los nietos. Depois, buscamos mostrar como a crise política e a dimensão geracional são potencializadas por uma crise estrutural, decorrente do neoliberalismo, que afeta sobretudo a juventude. Destacamos, ao final, a prática dos escraches, tornadas famosas na Argentina e, tal como lá, ocorridas no Brasil contra ex-agentes da ditadura e na Espanha contra políticos envolvidos nas medidas de austeridade econômica. Ao longo do artigo, dialogamos com conceitos relacionados à questão da geração elaborados por Karl Mannheim.

**Palavras-chave:** Espanha, conflito geracional, memória histórica, crise política, democracia.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Maranhão. Pinheiro, Maranhão. Brasil. ORCID: 0000-0002-3739-7748. E-mail: coelho.victor@ufma.br

## The generation of Spanish Civil War'grandchildren: history, memory and generational conflict

**Abstract:** The article aims to discuss the articulation between the recent political crisis and the dispute over historical memory in Spain, highlighting the use of the concept of generation of the grandchildren of the war. As in Brazil, but more explicitly, this generational dimension is placed as a contestation of the transitional pact, involving a dispute over historical memory allied to a critique aimed at the democratic failure of the institutional political system. First, we present the theme and debates surrounding the *generación de los nietos*. Then, we seek to show how the political crisis and the generational dimension are potentiated by a structural crisis, resulting from neoliberalism, which mainly affects youth. Finally, we highlight the practice of *escraches*, made famous in Argentina and, as there, occurred in Brazil against former agents of the dictatorship and in Spain against politicians involved in economic austerity policies. Throughout the article, we dialogue with concepts related to the issue of generation developed by Karl Mannheim.

**Keywords:** Spain, generational conflict, historical memory, political crisis, democracy.

Em sua participação no seminário “Justiça de Transição: reparação, verdade e justiça: perspectivas comparadas Brasil-Espanha”, realizado em Sevilha, Espanha, em 2011, a ativista espanhola Paqui Maqueda iniciava sua fala destacando histórias sobre a guerra civil (1936-1939) que eram passadas através de gerações:

Muchos de nosotros recordamos historias contadas por nuestros familiares al calor de la mesa de camilla, en las tardes largas de invierno, que versaban sobre aquel tío, hermano de nuestra abuela que fue miliciano en la guerra y que terminó en construyendo (sic) como preso político, un canal de riego que atraviesa las tierras del bajo Guadalquivir; otros hemos visitado durante años de la mano de nuestro padre un túmulo de tierra en una finca privada, donde se nos decía que se encontraban los cuerpos de nuestro abuelo Antonio y nuestra abuela Ana, asesinados una noche por el delito de haber criado 5 hijos anarquistas (MAQUEDA, 2013, p. 223).

Esse caráter privado ou familiar de rememoração do conflito passou para a esfera pública quando foi organizado um movimento cidadão, cívico e associativo de memória histórica, envolvendo um mosaico de grupos e coletivos de familiares, movimento esse que surgiu “como una respuesta de la sociedad civil ante la escandalosa política de desmemoria democrática llevada a cabo por todos los gobiernos españoles desde la muerte del dictador [Franco, em 1975] hasta el día de hoy” (idem, p. 224-225).<sup>2</sup>

A permanência não problematizada da memória da guerra civil, restringida ao âmbito privado, permanecia como uma sombra dos chamados “Pactos de la Moncloa”,<sup>3</sup> que marcaram o processo de transição espanhol – processo esse que passou a ser tomado como modelar. Como apontou Manuel Pérez Ledesma, a forma como se deu a transição implicava uma dinâmica entre esquecimento e memória que se ligava a um tipo de interpretação do passado histórico que, por sua vez, servia diretamente a uma construção simbólica sobre o presente: a celebração de um pacto democrático. O período da transição da ditadura franquista para a democracia, que se deu institucionalmente na forma da monarquia constitucional, seria marcado por uma memória negativa da guerra civil

---

<sup>2</sup> O evento e a obra de que ele resultou (PRONER e ABRÃO, 2013) foram iniciativas do Programa Máster Oficial da União Europeia em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento em realização com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil e com coorganização do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e universidades da Espanha e do Brasil.

<sup>3</sup> Assinados em 25 de outubro de 1977, sendo formalmente dois: “Acordo sobre o programa de reestruturação e reforma da economia” e “Acordo sobre o programa de ação jurídica e política”. No Brasil geralmente são citados como “Pacto de Moncloa”, no singular.

orientada por uma visão trágica. Segundo essa “ficção moral”, a guerra civil foi uma “guerra fratricida” resultante do fracasso da convivência dos espanhóis. Em suma,

era la guerra como tragedia, como el fruto de las pasiones desatadas en los dos bandos, de los odios y las parcialidades contrapuestas. En suma, la guerra como una “culpa colectiva”, derivada de la sinrazón de los españoles, o como una pesadilla frente a la cual sólo servía el firme propósito de no repetir semejante locura (PÉREZ LEDESMA, 2009, p. 225).

Para Pérez Ledesma, essa interpretação correspondia tanto à do governo, na sua ênfase ideológica sobre a “Espanha unida”, como também ao menos de parte da oposição enquanto desejo compartilhado de deixar a “tragédia” para trás e olhar para o futuro. Sem desconsiderar o sucesso político da transição espanhola – muito menos o caráter dramático e traumático da guerra –, o autor afirma que, de lá para cá, foi configurada uma *memória mítica* sobre o assunto que se reafirmaria entre as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do XXI. “Mito”, segundo Pérez Ledesma, na dupla acepção de relato de origens e de relato alterado, e até mesmo falseado, a fim de servir a necessidades presentes. Assim, a imagem dos espanhóis como passionais, individualistas e violentos, incapazes de viver em um regime democrático, era substituída pelo “espírito da transição”, definido pelo acordo e pelo consenso – ao preço, enfatizava o autor, do esquecimento das dificuldades e lutas abertas naqueles anos (da transição) (PÉREZ LEDESMA, 2009, p. 232).

Neste artigo, pretendemos discutir a relação entre crise política e disputa pela memória, tal como foi destacada por Pérez Ledesma, à luz de um conflito geracional e de demandas democráticas atuais, que politizou e tensionou a dualidade memória-esquecimento e que se coloca em oposição à memória pública e positiva da transição.

### **A irrupção geracional como retomada da história**

As reflexões de Pérez Ledesma, expostas acima, se deram no contexto da aprovação da Lei de Memória Histórica – Lei 52/2007, de 26 de dezembro de 2007, que reconheceu e ampliou direitos e estabeleceu medidas em favor aqueles que sofreram perseguição ou violência durante a guerra civil e a ditadura franquista. Além disso, cabe destacar o processo de busca e exumação de inúmeras fossas coletivas onde haviam sido enterradas pessoas assassinadas durante a guerra civil e pela ditadura – algo tematizado, aliás, no último filme de Pedro Almodóvar, *Madres Paralelas* (2022).

Para Paqui Maqueda, como também para Andrea Greppi, em suas intervenções no referido seminário de 2011, a lei representava um avanço, mas era também limitada pela permanência da ideia de uma violência simétrica. Segundo Greppi, a violência que se deu em território republicano, amparado ou não pelas autoridades, “fue *ilegal* desde el principio, ao ser contrária ao ordenamiento vigente” (GREPPI, 2013, p. 67, grifo no original). Para Maqueda (2013), a lei era ineficaz por desconsiderar a série de delitos como de detenção e desaparecimento de pessoas, que passaram a ser alvo do movimento de Memória Histórica a partir da exumação da primeira fossa coletiva, em 2000.

Ao longo das últimas décadas do século XX e virada para o XXI, portanto, algo mudava no contexto político espanhol que implicaria uma politização da memória não só sobre a guerra civil, mas também, e em especial, sobre a própria transição.

No campo da esquerda, a começar por Felipe González – presidente do Governo entre 1982 e 1996, pelo PSOE (*Partido Socialista Obrero Español*) –, passou a haver uma crítica sobre a ausência de uma autêntica política de memória durante os anos de permanência no poder. Assim, nas duas legislaturas que se seguiram à eleição de José Maria Aznar, do conservador PP (Partido Popular), como presidente do Governo que sucedeu González, foram apresentadas no Parlamento proposições de condenação do levantamento que iniciou a guerra civil, definindo-o como “golpe fascista militar”. Embora o PP, de início, fosse contrário, acabou apoiando a proposição apresentada na Comissão Constitucional do Congresso dos Deputados. Tal apoio provavelmente se deu, segundo Pérez Ledesma (2009, p. 231), com a esperança de que essa proposição servisse para encerrar definitivamente o assunto.

Alberto Reig Tapia enfatizou que, embora não houvesse silêncio historiográfico sobre os eventos em torno da guerra civil e da transição, houve um abandono político da memória democrática por parte do governo e do Estado espanhol. Embora a transição tenha sido tomada como um modelo, em que pese as inevitáveis concessões, não foi tão modelar do ponto de vista da cultura política democrática, diz o autor. Como modelo, formou-se uma “sacralização da transição”, diante da qual a mínima crítica sobre qualquer de seus muitos aspectos suscita imediatas desqualificações e reafirmações de que não teria havido nenhum pacto de silêncio sobre o passado, o que seria provado pela abundante literatura historiográfica sobre o tema (REIG TAPIA, 2009, p. 121). Do ponto

de vista da cultura política democrática, além da tarefa de se afastar o estigma de radicalismo ou ignorância política, havia o esforço pela restituição de uma memória crítica representada por associações como a de Familiares Represaliados por el Franquismo, a de Archivo, Guerra y Exilio, a de Recuperación de la Memoria Histórica e outras muitas que, segundo Tapia, levantam demandas que “tratan fundamentalmente de diferenciar entre historia y memoria poniendo el énfasis en la necesidad imperiosa de reparar tanta injusticia y olvido como el que les ha correspondido a los vencidos y a sus herederos” (idem, p. 121).

Essa luta pela memória histórica veio marcando a vida política espanhola nos últimos anos, especialmente pela forma com que está conectada à chamada *generación de los nietos* da guerra civil. Trata-se de uma geração formada por pessoas que “no habían vivido el temor de sus predecesores, ni se sentían atados a los compromisos y sobreentendidos en los que se basó la transición” (PÉREZ LEDESMA, 2009, p. 231). São praticamente as mesmas palavras, escritas na mesma época, de Ángel Rodríguez Gallardo (2007, p. 78) ao falar sobre o “relevo geracional” ligado à recuperação da memória histórica na Galiza, comunidade autónoma do noroeste do país.

Em 2014, Clara Valverde, professora de enfermagem e presidente da Liga Síndrome de Fatiga Crónica, publicou *Desenterrar las palabras* (VALVERDE, 2014), em que procurou destacar a conexão entre a geração dos netos da guerra civil com quadros de distúrbios traumáticos. Como sintetizou em uma entrevista ao *elDiario.es*,

Los nietos de la violencia política “heredan” o “absorben”, a través de la comunicación no verbal, que tiene más fuerza que la verbal, la carga inconsciente del sufrimiento de sus padres y de sus abuelos. La situación se complica para esta generación porque la conexión con la situación original se ha perdido.

[...] Los hijos aprendieron a callar y a no saber qué hacer con las emociones de sus padres traumatizados. Pero ellos aún tenían alguna conexión a los eventos traumatizantes (cf. CABRERA, 2014).

Além dessas relevantes considerações focadas no caráter patológico/traumático, cabe apontar aqui como a própria ideia de uma geração específica, a dos netos da guerra, passou a ser destacada nos debates públicos na Espanha, tendo uma configuração sobretudo política. Em dezembro de 2016, Fidel Vela García, escritor e membro do

primeiro governo da cidade de Alcalá de Henares após a democratização, recordava que, depois de aprovada a nova Constituição,

creo que fue el general Gutiérrez Mellado quien pronunció unas frases proféticas: “La democracia que hemos inaugurado, por más embates que soporte, no correrá peligro durante la generación que la ha hecho posible; pero sí podrá descarrillar en la generación siguiente, por lo que habrá que estar en alerta máxima”. La generación siguiente, la generación de los nietos, ha llegado. Es la que ostenta el poder municipal y autonómico y aspira al nacional, donde comienza a fraguarse el caldo de cultivo propicio para incubar de nuevo, como acción mutante, los viejos demonios familiares de odios y venganzas (VELA GARCÍA, 2016).

O escritor, então, procurava alertar para algo que via, na verdade, como negativo, justamente a irrupção da geração dos netos, já que ela

desprecia la Transición desarrollada por sus padres, cumpliéndose el complejo de Edipo, matar al padre [...]. Así se explican las frecuentes invocaciones a los abuelos por parte de los dirigentes de Podemos, ERC,<sup>4</sup> incluso de Zapatero [PSOE]. La pátina del tiempo embellece el pasado, aunque, como en este caso, sea abominable (idem).

Ainda em 2009, o prestigiado historiador e sociólogo Santos Juliá demonstrava uma preocupação semelhante: a politização da memória poderia reproduzir dicotomias, agora em sinal inverso, trocando a invisibilidade sobre os crimes das forças que, a partir da guerra civil, constituiriam a base para a ditadura franquista, pela invisibilidade sobre atos – inclusive assassinatos – cometidos pelo lado republicano. Apontando a imbricação entre história e memória, através da condensação histórica entre guerra civil e todo o período franquista, Juliá desconfiava que uma “supuesta memoria democrática consistiera en volver del revés la memoria impuesta durante la dictadura” (JULIÁ, 2009, p. 86).

Pretender ahora la construcción de una llamada “memoria democrática” – una expresión contradictoria, pues la democracia, a diferencia de la dictadura, habrá de dar lugar inevitablemente a múltiples memorias – como si todo lo que en el lado de la República se oponía a los militares rebeldes fuera una lucha por la democracia es puro anacronismo, una auténtica invención del pasado. Sin duda, había demócratas entre los defensores de la República, pero no eran los más ni fueron los demócratas quienes tuvieron siempre en sus manos el control de la situación.

[...] Un Estado democrático tiene que asumir la carga de todo el pasado y no puede hacer con ellos distinciones, por más que las hiciera la dictadura, que sólo honró la memoria de sus muertos (idem, p. 87-88)

Juan Carlos Monedero, professor da Universidade Complutense de Madrid e um dos futuros organizadores do Podemos, destacaria essas reflexões de Juliá para colocá-las no âmbito da tese dos “dos bandos”, que teria marcado a transição, no sentido de um

---

<sup>4</sup> Esquerra Republicana de Catalunya (*Esquerda Republicana da Catalunha*).

compartilhamento de culpas pela “tragédia” que havia dividido o país. Para o autor, isso teria sido uma desculpa para que franquistas pudessem se converter em democratas, mantendo posições de privilégio (MONEDERO, 2017, p. 46). O autor, além disso, explicitava e assumia a questão geracional como ponto de galvanização política:

La llegada a la vida pública de los nietos de quienes vivieron o murieron en la guerra de 1936 y fueron pisoteados por la dictadura ha conllevado una ruptura en el relato dominante acerca de la Segunda República, la dictadura del general Franco y la recuperación de la democracia tras su muerte. La emergencia de ese nuevo sujeto colectivo ha inutilizado en parte la versión oficial y ha provocado una airada reacción entre quienes se sentían cómodos y acomodados con la predominancia de una interpretación mitificadora. Hasta tal punto ha alterado a sus protagonistas que algunos de quienes participaron en el proceso se han agrupado para crear la Asociación para la Defensa de la Transición, como si estuviera siendo maltratada (idem, p. 11-12).

Mesmo não mencionada explicitamente, a dimensão geracional dos “netos da guerra” emerge na ironia de Andrea Greppi dirigida aos “protagonistas de la transición” que “son los que saben realmente como fueron las cosas”, cujos mais ilustrados “se sienten incómodos con el folklore de esa izquierda desnortada y algo juvenil que pregunta por sus abuelos” (GREPPI, 2011, p. 52). Favorável à politização da memória e crítico do que vê como apelo a uma “objetiva reconstrucción de los hechos del pasado”, Greppi critica os defensores do processo transicional por estarem, segundo ele, “convencidos que la democracia española ya no está en deuda con nadie, con ninguna de las víctimas de la barbarie, y que ya es hora de consignar el presente a los vivos, que no tienen por qué cargar con una rémora ideológicamente construida” (idem, ib). Nesse mesmo sentido, na continuidade de sua crítica a Santos Juliá, Monedero distinguia a necessária objetividade científica, de um lado, e uma neutralidade que não existe. A memória de uma democracia se vincularia diretamente à *memória da construção da democracia*. “¿O alguien piensa que la construcción simbólica del régimen democrático en Alemania tiene que hacer equidistancias entre Hitler y quienes lo combatieron?” (MONEDERO, 2017, p. 46-47).

Com seu artigo escrito em 1928, Karl Mannheim (1993) ainda é uma referência teórica central nos estudos sobre geração. Para Mannheim, uma “posição geracional” diz respeito a um fenômeno social que é mais que meramente o dado biológico da passagem geracional enquanto passagem etária. Diz respeito a uma instância de caráter *social* que, sem implicar um reducionismo classista, ao mesmo tempo não se expande na generalidade excessiva e abstrata do “espírito de época”, devendo ser considerados

condicionamentos de natureza educacional, profissional, institucional etc. que se referem à herança cultural transmitida entre gerações. Para Mannheim, somente onde os contemporâneos estão em posição de partilhar, como um grupo integrado, certas *experiências comuns* é que podemos falar corretamente de similaridade de situação de uma geração – o que Mannheim chamou de *estratificação da vivência* (MANNHEIM, 1993, p. 216).<sup>5</sup> Para isso, é importante destacar o papel das ideias na história – não só a questão dos *loci* de sua formulação e circulação, tais como escolas, universidades etc., mas as próprias ideias enquanto *locus* de laboração dos fenômenos e processos sociais (CEPÊDA, 2015, p. 16). Cada geração, na medida em que se coloca como “nova”, mobiliza duas dinâmicas complementares. A primeira delas diz respeito à uma dimensão sincrônica, onde uma geração compartilha um destino comum, ideias e conceitos que, necessariamente, se unificam e se formam enquanto uma autocompreensão do grupo, em diferenciação no interior da própria geração; ao mesmo tempo, essa autocompreensão se dá diacronicamente, estabelecendo uma diferenciação em relação a uma geração anterior, da qual herda problemas e questões norteadoras.

Tendo em conta essa categorização da geração e procurando destacar a relação entre espaço institucional e formulação de ideias, podemos tomar agora as reflexões de Alberto Reig Tapia que destacou a emergência de uma geração que cresceu na universidade, durante o regime franquista. O autor cita a criação, em 1944, da Facultad de Ciencias Políticas, Económicas y Comerciales, que, de acordo com o então ministro da Educação, pretendia “formar hombres políticos en el sano sentido de la palabra”, destinados a desempenhar cargos na política e na administração pública. Entretanto, a faculdade se tornaria um local de formação de opositores ao regime e de compartilhamento de uma cultura democrática (REIG TAPIA, 2009, p. 111). Nas universidades nunca faltaram questionamentos aos silêncios e ao esquecimento do Estado em termos de políticas de memória e, também, a respeito da recuperação e ensino de uma memória democrática em escolas, institutos e universidades, ao passo que “algunos ‘viejos cuentos franquistas’ se han incorporado sin mayores dificultades al acervo ideológico y cultural postdemocrático (idem, p. 117).

---

<sup>5</sup> Neste ponto, há uma apropriação direta de Dilthey, por parte de Mannheim, da noção de um tempo interior não mensurável e só apreendido de forma qualitativa, enquanto tempo interior da vivência (idem, p. 199).

Assim, se com o processo de transição não faltou uma relevante e séria produção historiográfica, como destacara Santos Juliá, por outro lado, aponta Reig Tapia, houve muitos historiadores, intelectuais, professores, historiadores que, independentemente de quais razões, calaram-se ou apelaram para o silêncio, sem falar na mencionada omissão por parte do PSOE, mesmo quando contava com maioria parlamentar absoluta. Enquanto isso, sob governo PP, eram mantidas ruas e avenidas com denominações relacionadas ao generalíssimo Franco ou ao (também nacionalista) general Mola, no mesmo contexto de um crescimento editorial de uma historiografia revisionista segundo a qual a guerra civil e a consequente ditadura Franco teriam tido como causa fundamental “los errores o la mala fe de los dirigentes republicano-socialistas” (ROBLEDO, 2015, p. 306).<sup>6</sup>

Como colocou Monedero, a geração responsável pelo processo de transição seria justamente aquela que nasceria e cresceria durante a ditadura franquista, estudaria nas universidades e seria, enfim, a geração de 1968, que “fue la última que pudo tener referencias comunes, en un momento en el que la multiplicación de la oferta aún no había fragmentado la posibilidad de compartirlas” (MONEDERO, 2017, p. 277). A geração imediatamente seguinte, nascida já na década de 1960 – “geração X”, que seria uma geração intermediária entre aquela que se formou durante a ditadura, protagonista durante a transição, e a geração dos netos, no sentido exposto aqui –, por um lado teria sido herdeira direta da subversão simbólica e política, mas, por outro, seria aquela que transitaria, de forma problemática, para o ambiente do capitalismo pós-fordista da pós-transição. Inserida no mundo do consumo e, também, da velha “razão de Estado”, mobilizou-se agora, segundo o autor, para direcionar a “solução” da crise desencadeada em 2008 à defesa do *status quo* antes que das demandas cívicas. Assim foi que,

El 15 de mayo de 2011, jóvenes cansados de tanta mentira hicieron de la Puerta del Sol una plaza tomada para la reivindicación de las virtudes cívicas. Algunos de ellos habían leído y admiraban la obra de Stéphane Hessel, *¡Indignaos!* Necesitado de etiquetas – porque un movimiento sin líderes descolocaba también a los medios –, recibieron el nombre de indignados (idem, p. 340).

Monedero, então, enfatizava a necessidade de politização do legado dos Indignados não no sentido de acomodação com o sistema partidário e constitucional vigente, mas sobretudo como reinterpretação da democracia. Isso, por sua vez, como

---

<sup>6</sup> Sobre historiografia e revisionismo em torno da guerra civil espanhola, ver também REIG TAPIA, 2011.

viemos expondo, demandaria uma contraposição ao espírito conciliador que marcou a transição. Ou seja, a politização da geração dos netos da guerra civil era, neste caso também, feita por uma geração formada nas universidades, sendo Monedero, ele mesmo, professor universitário. Ángel Rodríguez Gallardo, professor da Universidad de Vigo, também antevia-se às demandas de uma nova geração que foi a protagonista do movimento iniciado em 15 de maio de 2011, o “15M”. O que acontece na Espanha

é que há uma geração que não tem espaço social, nem espaço de trabalho. Portanto, é provavelmente a geração mais preparada da História, e não pode ocupar espaços sociais, então ocupam as praças. Porque estamos a falar de um sistema democrático espanhol com uma corrupção enorme, que produz na população um sentimento de desafeto. E portanto esta geração nova, em que muitos têm formação académica, mestrado, doutorado, que são capazes de entender o mundo, encontra-se numa situação em que não tem espaço no seu país. Estão desempregados, e tampouco podem ocupar espaços políticos. Porque a vida dos políticos na Espanha prolongou-se por muito tempo, e portanto não deixam entrar as próximas gerações (REVISTA O VIÉS, 2016).

Em 2 de fevereiro de 2011, quando era oficializado o “Acuerdo Social y Económico para el Crecimiento, el Empleo y la Garantía de las Pensiones”, o presidente do governo Zapatero (PSOE), segundo Monedero, apresentou-o como “novos Pactos de Moncloa”, apelo que o autor criticou de uma forma que pode ser vista como complementar às palavras de Rodríguez Gallardo, no sentido de tensionamento geracional conectado a um déficit representacional:

Según el acuerdo firmado, las nuevas generaciones podrán, en el mejor de los casos, jubilarse más tarde y en peores condiciones, con el fin de salvaguardar las pensiones de la generación que, visto lo visto, no hizo nada por garantizar las de los que vinieron después. Luego vino [el presidente del gobierno Mariano] Rajoy [PP] y terminó de dejar claro que el ajuste lo iban a pagar, sobre todo, las mayorías, especialmente los jóvenes (los 9.417.724 pensionistas registrados en 2015, como nicho electoral siempre serían el último colectivo a recortar, aunque tampoco estaban exentos). El riesgo de que se rompa la solidaridad intergeneracional es alto. ¿Hay alguien ahí? (MONDERO, 2017, p. 83).

No referido seminário de 2011, Andrea Greppi procurou diferenciar, de um lado, o entendimento sobre o período da transição, no qual foi construído o pacto político efetivo – a *transición por transacción*, citando criticamente Santos Juliá –, ou seja, a realidade da ideologia do pacto como orientadora do processo político; e, de outro lado, o questionamento sobre a pertinência da manutenção desse viés ideológico (*sesgo ideológico*) para os dias atuais (GREPPI, 2013, p. 58). Além disso, sendo o ponto que interessa aqui, Greppi também destacava a “progressiva degradação” porque passa a experiência democrática na Espanha e em outros países.

Assim, a luta por uma memória democrática significava simultaneamente um distanciamento e uma condensação: (i) distanciamento crítico com relação à ideia do “pacto consensual” e sua ênfase na superação histórica – que implicaria uma superação do conflito histórico –, e (ii) condensação no sentido de uma *recuperação desse passado histórico numa tomada crítica desde o presente*.

Nesse sentido, queremos chamar a atenção para um complexo processo de temporalização: a continuidade temporal enquanto tempo vazio, linear e homogêneo, do qual falava Walter Benjamin (1994), é contestada pelo exercício de distanciamento crítico do presente com relação ao passado herdado; e a reabertura de possibilidades que se davam no passado potencializa uma mirada crítica sobre o presente, reabrindo o horizonte histórico. Essa leitura benjaminiana da história foi apropriada por Monedero não só para dirigir sua crítica à mitologia do pacto e sua tese dos “dos bandos”, mas também para recordar o contexto de ebulição social e política da época da transição: marcado pela “crise do keynesianismo” e pela perda da legitimidade do franquismo, só em 1976 foram registradas mais de 17 mil greves na Espanha, contra pouco mais de 3 mil no ano anterior.

Las protestas laborales se mezclaban con reivindicaciones políticas que se mezclaban con reivindicaciones identitarias que se mezclaban con reivindicaciones culturales. Como recordaba Vidal-Beneyto [em *Memoria democrática*] (...), “asociaciones de barrio, encierros en las iglesias, comisiones de vecinos, sentadas universitarias, grupos de profesionales, concentraciones pacíficas, comités de solidaridad, conciertos y recitales, manifestaciones de masa, servicio de ayuda a los presos y sus familias, etc.”. En vez de un otoño caliente, cuatro estaciones calientes eran la promesa a la muerte del dictador. Desde la perspectiva del franquismo, era evidente que necesitaban recrear el pasado (MONEDERO, 2017, p. 255).

Assim, os dois momentos passados, o da transição e o da guerra civil, recuperados criticamente, são iluminados e também iluminam o contexto de onde o próprio autor escrevia. Ou seja, uma mirada crítica sobre o contexto da crise política, que já vinha da época da entrada do país na guerra do Iraque, iniciativa do governo de José Maria Aznar (PP) – sem falar na tentativa deste de culpabilizar o grupo nacionalista basco ETA pelos atentados terroristas de 2004 em Madri<sup>7</sup> –, explodiria em 2010, com a perda de legitimidade do PSOE de Zapatero e do PP de Rajoy que, para tentarem solucionar a crise

---

<sup>7</sup> Atentados realizados em 11 de março daquele ano, coordenados contra o sistema de trens suburbanos, três dias antes das eleições gerais espanholas e que mataram 193 pessoas e feriram mais 2 mil. Segundo investigações, teriam sido executados por uma célula terrorista inspirada na Al-Qaeda.

desencadeada pela bolha financeira em 2008, buscaram antes atender os interesses da “Troika” (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu).

Essa contraposição política se fundamenta, portanto, pela justaposição histórica entre o contexto da transição e o da virada das primeiras décadas do século XXI, colocando-se criticamente contra a ideologia do pacto. O que pretendemos destacar aqui é como os embates em torno da memória histórica da guerra civil e da transição implicaram a reivindicação de uma nova legitimidade política à medida em que buscavam se conectar às demandas do tempo presente. A crise de representação, pós 2008, foi um contexto de surgimento de uma força política e eleitoral, o Podemos, que, com sua plataforma pluralista, obteve sucesso eleitoral se inspirando em experiências novas, seja aquela dos governos de esquerda latino-americanos (cf. SCHAVELZON, 2015), seja a da irrupção do movimento dos Indignados. Assim, foi recolocada a necessidade de recuperação da memória do republicanismo e sua contraposição ao fascismo,<sup>8</sup> tarefa essa que pode ser sintetizada pela ideia da memória democrática.

### **A geração dos netos e a emergência juvenil diante da crise recente**

A despeito de a transição espanhola ser tomada por parte da ciência política e opinião pública como exemplo modelar, o processo de transição argentino, marcado inclusive pelo trágico tiro no pé da Guerra das Malvinas, que serviu para a perda definitiva da legitimidade da ditadura militar, é o caso inspirador do ponto de vista da luta por memória e justiça. Na Argentina, houve a condenação de membros da junta militar, responsabilizados pelas ações de sequestro, torturas, execuções e desaparecimentos. Além disso, foi na Argentina que os *escraches* tomaram forma como modelo de protesto por iniciativa do grupo Hijos Por la Identidad y la Justicia Contra el Olvido y el Silencio - H.I.J.O.S., fundado em novembro de 1995 com o objetivo de luta por justiça. Essa experiência argentina serviu de inspiração, em 2012, para uma série de escrachos contra ex-agentes torturadores da ditadura brasileira. Como apontou Ana Paula Brito (2017), os

---

<sup>8</sup> Que implicou o surgimento de bandeiras republicanas nas ruas espanholas. Ver: Republicanos protestam na Espanha exigindo referendo sobre monarquia. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2014/06/07/interna\\_mundo,431499/republicanos-protestam-na-espanha-exigindo-referendo-sobre-monarquia.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2014/06/07/interna_mundo,431499/republicanos-protestam-na-espanha-exigindo-referendo-sobre-monarquia.shtml). Acesso em: 20 jan. 2022.

integrantes dessas ações são de uma “terceira geração da memória política no Brasil”,<sup>9</sup> organizada sobretudo no Levante Popular da Juventude (LPJ).<sup>10</sup> Segundo Fábio Pimentel, do Coletivo Quem, os escrachos serviam não só para “mexer com os humores do passado”, mas também “para mostrar que algumas páginas não foram viradas”, como a violência policial dirigida à população pobre e negra (cf. PERES, 2012), violência institucional estruturada, permanência viva da ditadura.

Na Espanha, o H.I.J.O.S. também seria tomado como inspiração, mas de uma forma que expandiria seu potencial simbólico. Em fevereiro de 2009, foi criada em Barcelona a Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH), que organizaria protestos visando a impedir despejos, decorrentes da crise de 2008 – marcada pelo estouro da bolha imobiliária espanhola, da qual decorreu um processo de despejos em massa devido a execuções hipotecárias. Com a bandeira do direito à moradia, o movimento PAH espalhou-se por toda a Espanha, organizando *escraches* contra políticos que se recusavam a dar a devida atenção ao drama social envolvido com os despejos. Como expôs matéria da BBC, em 2013, ano em que os escrachos foram iniciados:

“Escrachar es poner en evidencia, revelar en público, hacer aparecer la cara de una persona que pretende pasar desapercibida”, define en su sitio web la organización argentina Hijos Por la Identidad y la Justicia Contra el Olvido y el Silencio (H.I.J.O.S), cuyos fundadores comenzaron esta práctica en 1996 (sic), para señalar a los torturadores del gobierno militar.

Con las diferencias obvias, la PAH importó el término y el método en la campaña “Hay vidas en juego”, para denunciar la falta de atención de los dirigentes al drama de los desahucios, que ya superan los 400.000 desde 2008 (BBC, 2013).

---

<sup>9</sup> A denominação “terceira geração”, nesse caso, deve-se ao fato de que, como expuseram Paulo Abraão e Marcelo Torrelly (2013), no seminário de Sevilha, houve antes duas gerações que lutaram por justiça: primeiro já na década de 1980, a de grupos restritos que como os grupos “Tortura Nunca Mais”, de cuja luta surgiria a Lei nº 9.140/1995, sobre mortos e desaparecidos e reparação das famílias; segundo, houve a ampliação dessa luta com novos agrupamentos organizados pelo país, composta também de filhos de vítimas diretas da ditadura e de cuja iniciativa resultaria na Lei nº 10.559/2002, que estabeleceu medidas reparatórias para os demais atos de exceção. Essa luta se deu em paralelo (ou seja, não diretamente conectada) com a irrupção da luta civil por “movimentos sociais de novo tipo” (aspas dos próprios autores), caracterizados “mais por criticar déficits estruturais dos arranjos institucionais e menos por propor alternativas de natureza política global” (idem, p. 261). Agora, podemos dizer que a terceira geração, formada por jovens já sem ligação com as famílias de mortos e desaparecidos, significou a maior conexão dessas duas vias. Isso porque o LPJ “foi ganhando cada vez mais adeptos sob três principais bandeiras de luta: educação, trabalho e cultura” (BRITO, 2017, p. 106). Para um relato completo do histórico das lutas dos familiares de mortos e desaparecidos pela ditadura no Brasil, cf. TELES, [Janaina] 2010.

<sup>10</sup> Outros grupos participaram da organização dos escrachos, como o Coletivo Quem e o grupo Tribunal Popular, que estiveram presentes no escracho realizado em 7 de abril de 2012 contra Harry Shibata, médico legista que falsificava a causa da morte em laudos de pessoas assassinadas pela repressão, como foi o caso do jornalista Vladimir Herzog, assassinado em 1975.

A primeira deputada a ser alvo de um escracho em seu domicílio foi María Ángeles Esteller, do PP, conselheira (vereadora) do Ayuntamiento de Barcelona. Na ocasião, a coordenadora do PAH, Ada Colau, dizia que já se passavam “más de cuatro años de interpelación a los representantes públicos, para que escuchen la realidad social urgente” (cf. BBC, 2013). Colau, uma das principais lideranças emergentes do movimento dos Indignados, seria eleita prefeita de Barcelona em 2015 pela coligação Barcelona em Comú, que fez parte do Podemos.

Aqui, acreditamos poder apontar, analiticamente, uma conexão entre (i) a crise econômica e a explosão de demandas por justiça social, que transmutavam em crise política, e (ii) uma luta pela memória histórica do legado da transição, relacionando-a (a transição) a uma cultura política de pouca força genuinamente democrática. Ao menos como coloca Monedero, “cada vez que la crisis golpea a las puertas de la democracia”, na Espanha dos despejos, “la política se parlamentariza para que la calle no hable, se ondean las banderas de la Transición y el consenso para que las alternativas callen, y se oculta el pasado para que la memoria enmudezca” (MONEDERO, 2017, p. 18). Monedero, como já vimos, também apontava como a crise atingia duramente os jovens:

Algunas peticiones de concordia expresadas hace una década – y que regresaban a la metodología de la Transición – suenan hoy, con más de cinco millones de parados, con uno de cada dos jóvenes en el paro, con la expulsión de 127.000 estudiantes de la universidad pública, con las dificultades para acceder a una pensión, a una beca, a servicios sanitarios, con los desahucios diarios, con las dificultades para mantener la vivienda caliente y con luz (idem, p. 61).

A julgar por pesquisas e reflexões que vêm sendo publicadas em livros e na imprensa, já se configura um drama geracional específico, de escala global: o de jovens que têm cada vez mais dificuldades em manter o padrão de vida familiar, quanto mais de ascender em relação à geração anterior. Na Europa, é uma situação que vem sendo apontada inclusive no que diz respeito às bases sociais do populismo conservador, tornando-se a imigração um tema sensível justamente porque, em muitos casos, a xenofobia se cruza com a disputa por um mercado de trabalho global precarizado. A precarização das relações e legislações trabalhistas, típicas do paradigma neoliberal, foram acompanhadas de uma nova subjetividade de competição, disfarçada de “empreendedorismo” (superação individual) ou “entrega” (incondicional do trabalhador para a empresa). É a “geração *burnout*”, caracterização que Anne Helen Petersen (2021)

deu à geração “Millennial” – nascida na década de 1980 – em seu livro *Non aguanto mais non aguantar mais*. Mais trabalho, mais autocobranças e muito menos resultado, especialmente quando se considera as expectativas frustradas, a que se somam um tempo muito menor para o descanso e o ócio. O livro de Petersen, além de ser um (auto)relato do drama geracional, foi também um chamado para a politização. “Para muitos de nós, foram necessários anos em empregos de merda para entender a nós mesmos como empregados, como *trabajadores*, sedentos por solidariedade” (PETERSEN, 2012, p. 142, grifo no original).

Na Espanha, o sociólogo e escritor Jorge Moruno Danzi escrevia reflexões parecidas, desde 2013, em colunas no blog “La revuelta de las neuronas” e no portal Cuarto Poder, tendo sido o responsável pela área de Discurso do Podemos até 2017. Moruno escreveu também o livro *No tengo tiempo*, apontando a necessidade de, pela politização, tentar reunir forças para escapar de uma temporalidade acelerada.

Ese tiempo que se gana a futuro encarna la manera acelerada en la que vivimos nuestra temporalidad contemporánea. Tempus fugit, que decía Virgilio, “el tiempo se nos escapa”, nunca es suficiente y nos empuja a una competitividad extrema por encontrar bolsas de tiempo que pesan sobre nuestras espaldas y las ajenas. El tiempo se vive de forma cada vez más cardíaca. [¿] Cómo se lucha contra una realidad cuando la propia realidad contra la que se lucha es la causa que impide luchar, cómo ganar el tiempo que no se tiene pero que abunda como nunca antes [?]. Este es el laberinto histórico que tenemos que resolver (MORUNO, 2018, p. 12).

Nesse sentido, a ressignificação do político para uma tarefa *pública* é o que Moruno havia colocado ao defender, em seu blog, a prática subversiva dos escrachos:

No es casualidad por lo tanto, que cuando lo que se ataca es la intimidad, las medidas de presión ciudadana pública tomen también en consideración saltar esa misma barrera que separa lo público de lo privado. Cuando los representantes rompen el propio contrato social que ellos mismos han planteado y gobiernan para instancias no elegidas, en lugar de hacerlo para la ciudadanía que es donde reside la soberanía popular, el Congreso se convierte en una institución ajena a quien dicen representar. El choque de legitimidades entre el apoyo social al movimiento contra los desahucios y la legitimidad que emana de los poderes públicos, existe precisamente por la erosión de la segunda. [...] El desahucio pasa de ser algo privado a convertirse en público, el escrache actúa a la inversa, traslada las decisiones públicas al ámbito de lo privado (MORUNO, 2013).

Assim, acreditamos não ser possível entender a participação massiva de jovens em movimentos como o dos Indignados na Espanha, o Occupy Wall Street e os “ocupas” verificados no Brasil entre 2013 e 2015 apenas pela chave da explosão da crise econômica e política derivada de 2008. “O 15-M foi um fenômeno muito geracional, e ao mesmo

tempo muito global, no sentido de que muitos dos seus traços se reconhecem no Syriza, ou melhor, na Praça de Sintagma [Grécia], e mesmo nos movimentos árabes que se produzem há alguns anos”, como lembrou Rodriguez Gallardo (REVISTA O VIÉS, 2016). Em 2014, o 15M espanhol já se fazia presente em manifestações brasileiras (cf. G1, 2014) como símbolo da “*Spanish Revolution*”, contexto em que as redes sociais na internet passaram a ter um papel capital nas mobilizações da juventude.

Voltando aos conceitos desenvolvidos por Karl Mannheim (1993), podemos dizer que a posição geracional, descrita anteriormente, liga-se a um estado latente, dizendo respeito a condições potenciais de tomada de posição geracional. Já a *conexão geracional* se dá com uma tomada de consciência, configurando-se um ser social em que os indivíduos estão relacionados uns com os outros através de vínculos comuns. A conexão geracional é algo mais que uma

mera presencia circunscrita en una determinada unidad histórico-social. Para que se pueda hablar de una conexión generacional tiene que darse alguna otra vinculación concreta. Para abreviar, podría especificarse esa adhesión como una *participación* en el *destino común* de esa unidad histórico-social (idem, p. 221, grifos no original).<sup>11</sup>

Acreditamos ser bastante oportuna a apropriação do conceito de conexão geracional para a elaboração de um diagnóstico político da crise recente: seu efeito não foi apenas o descrédito do sistema político institucionalizado, mas também o de ter feito emergir uma tensão geracional na medida em que explicitou como o sistema de poder político e financeiro passou a agir contra o interesse popular. A revolta se tornou mobilização política global não só pela maior conectividade possibilitada pela internet, mas também por encontros presenciais e trocas de experiências em iniciativas tais como

---

<sup>11</sup> Janice T. P. de Sousa, apropriando-se de reflexão de Mannheim sobre a juventude como agente revitalizador das relações sociais, elaborou uma comparação de irrupções simultâneas entre jovens da França e do Brasil ocorridas em 2005 – que podemos reivindicar pelo conceito de conexão geracional, tal como descrevemos –, ocasião em que “os jovens franceses e brasileiros revelam-se contemporâneos do novo processo cultural que parece emergir com a entrada no novo século”. Trataram-se das grandes manifestações dos estudantes franceses contra a lei trabalhista de orientação econômica neoliberal, que previa contratações de jovens de 18 a 26 anos sem garantias de direitos e que atingia sobretudo a grande massa que reúne jovens desempregados, descendentes de imigrantes, dos bairros pobres e das classes médias com descontentamentos comuns; e as grandes mobilizações de estudantes brasileiros contra o sistema de transporte público, que reuniram em 2004 e 2005 milhares de jovens nas ruas de várias capitais e cidades do Brasil, pressionando as prefeituras municipais contra o reajuste ou valor das passagens de ônibus, num Movimento pelo Passe Livre. Na França, já havia a rejeição da política institucionalizada, à esquerda e à direita; no Brasil, uma lógica de organização horizontalizada (SOUSA, 2006, p. 21) – a mesma, aliás, que veríamos reaparecer entre junho de 2013 e as mobilizações contra a Copa em 2014.

o Fórum Social Mundial. Além disso, a politização ocorrida na Espanha, que tomou forma de revolta geracional, serviu-se diretamente de conexões em termos dos fluxos de ideias e experiências em comum, tendo tido destaque, como mostramos, os escrachos inspirados no grupo argentino H.I.J.O.S., o que por sua vez potencializava a confrontação política e geracional como disputa pela memória histórica.

Cabe, enfim, tomar o terceiro dos conceitos de Mannheim, o de *unidade geracional* – que, tal como nos casos da posição e conexão geracionais, não implica necessariamente a formação de “grupos concretos” (MANNHEIM, 1993, p. 216), mas que pode ajudar a levantarmos a hipótese sobre uma cristalização geracional no contexto da atual crise de representação na Espanha, a que se liga um destino comum de processos falhos de transição, como o do Brasil.

La unidad generacional es, por tanto, una adhesión mucho más concreta que la que establece la mera conexión generacional. *La propia juventud que se orienta por la misma problemática histórica-actual, vive en una “conexión generacional”; dentro de cada conexión generacional, aquellos grupos que siempre emplean esas vivencias de modos diversos constituyen, en cada caso, distintas “unidades generacionales” en el ámbito de una misma conexión generacional* (MANNHEIM, 1993, p. 223, grifos no original).

Assim, se antes procuramos destacar a geração espanhola dos netos da guerra civil como conceito ligado a uma autocompreensão de um grupo que compartilha experiências e objetivos comuns, acreditamos que sua força política pode ter sido potencializada na medida em que a contestação ao legado da transição, como dissemos, pode ter se fortalecido ao se articular a demandas que atingem toda uma nova geração.

### **Considerações finais**

Como é enfatizado por autores que participam do debate que nós expusemos, há uma grande (na verdade, imensa) bibliografia, de natureza historiográfica, a respeito da guerra civil espanhola. Cercada também por uma aura romântica no campo da política, à esquerda, e à direita por revisionismo reacionário, sobre ela é muito difícil uma abordagem não apaixonada, embora a historiografia esteja fazendo seu trabalho (com a imparcialidade devida, que é distinta do mito da neutralidade). Como disse Reig Taipa (2011, p. 27), há uma distinção “entre o que se refere à própria história e o que se refere à complexa e tão discutida questão da memória histórica, coletiva, democrática ou como

se queira chamá-la, que, por sua vez, distorceria a própria história”. Mas a distorção ideológica a que se referia é aquela que servia a projetos de poder político que se valiam de uma renovação da ortodoxia franquista – aquela que, durante a ditadura, opunha a “verdadeira Espanha” ao “perigo vermelho”. A “desmistificação do franquismo é simplesmente a história da historiografia contemporânea espanhola”, disse (idem, p. 37).

Tal debate, do ponto de vista historiográfico e também político, leva também e necessariamente a uma discussão a respeito da Segunda República, no sentido de pesar a responsabilidade de cada lado na escalada da polarização e da violência, da mesma forma que a compreensão dos sentidos instrumentais da democracia que havia em ambos os lados. De qualquer forma, há que se considerar que, quando havia liberdade de eleição, “la clase obrera escogió la República, mientras que las clases elevadas, con algunas excepciones, fueran nacionalistas fanáticas”, dizia Raymond Carr. “Lo que estuvo en duda fue la lealtad de la clase media. Muchos siguieron los pasos de la vieja generación de intelectuales, desencantados con el estilo ‘proletario’ de los últimos tiempos de la República” (CARR, 2015, p. 186). Mesmo no que diz respeito à espiral de violência que se seguiu ao levante nacionalista de julho de 1936, além do grande desequilíbrio de forças, “as atrocidades republicanas” foram “executadas tendencialmente por elementos que ficaram fora do controle quando as forças da ordem se rebelaram, enquanto as cometidas pelos nacionalistas”, lembrou Paul Preston, “foram oficialmente conduzidas por aqueles que alegavam combater em nome da civilização cristã” (p. 95). Cabe por fim recordar que, mesmo após o fim da guerra civil e o início da longa ditadura franco, a lógica do extermínio do “inimigo interno” não cessaria, bem como haveria a construção de uma “cultura da guerra” e a estigmatização dos “vencidos” (cf. SEVILLANO CALERO, 2017). E para uma leitura de mais larga escala temporal – pertinente para as discussões travadas em torno da emergência da geração dos netos, no contexto da crise geracional provada pelo neoliberalismo –, cabe destacar a síntese feita por Paul Preston: seja nas décadas de 50 e 70 do século XIX e entre os anos de 1917 e 1923 do XX, “e sobretudo na Segunda República, foram feitos esforços para alinhar a política espanhola com a realidade social do país, que inevitavelmente envolveram tentativas para introduzir reformas fundamentais, especialmente na terra, e para melhor distribuir riqueza”, e por isso a guerra civil de 1936-39 “representou a expressão acabada das tentativas dos

políticos reacionários espanhóis para esmagar qualquer reforma que fizesse perigar as suas posições de privilégio” (PRESTON, 2011, p. 28).

Enfim, sem que nosso foco fosse a historiografia sobre a guerra civil, procuramos destacar a dualidade memória-história em meio à politização recente, com destaque sobre a emergência da geração dos netos da guerra civil e a contestação da herança política da transição, que se condensa com a memória sobre a guerra civil e a ditadura. A disputa pela memória histórica na Espanha (tal como no Brasil) coloca-se no âmbito do *passado irrevogável*, ligado a uma presença de traumas e conflitos distinto do passado irreversível como não repetível e “deixado para pra trás”, como muitas vezes convém àqueles que não querem remexer no passado ditatorial – ao qual, no fundo, continuam ideologicamente fiéis. Berber Bevernage, apropriando-se dos conceitos elaborados pelo filósofo Vladimir Jankélévitch e a partir da análise dos casos da Argentina, África do Sul e Serra Leoa, fala que pessoas que experimentam o passado como irrevogável o experenciam “como um depósito persistente e massivo que se adere ao presente” (BEVERNAGE, 2018, p. 32). Para familiares de mortos e desaparecidos, a “ênfase na ausência e na irreversibilidade do passado confere ao tempo irreversível da história algo de desconfortável, por vezes de injusto e quase moralmente inaceitável” (idem, p. 30). A força desse passado irrevogável – que vem se tornando o centro de preocupações e iniciativas de grupos organizados, comissões oficiais e trabalhos acadêmicos<sup>12</sup> – é equivalente à sensação perene de injustiça. Assim, por outro lado, como procuramos argumentar, a força política das demandas referentes ao passado pode se tornar mais efetiva quando articuladas a uma sensação de uma “injustiça contemporânea” que se manifesta “na forma de uma repetição estrutural ou uma continuidade de injustiças com uma longa história”, para nos apropriarmos de outra reflexão de Bevernage (cf. BEVERNAGE, 2020, p. 19).<sup>13</sup>

Na Espanha, a irrupção da autodefinição da geração dos netos da guerra vem ajudando a uma politização que inclui a luta por uma memória democrática que, dirigida

---

<sup>12</sup> Para uma análise dos debates e questões pertinentes ao contexto brasileiro em torno da Comissão Nacional da Verdade, cf. BAUER, 2017.

<sup>13</sup> Como colocou Edson Teles: “Não é possível pensar a violência da ditadura [brasileira] sem assumirmos o compromisso de responder aos atos de violência e tortura dos dias atuais. E também o contrário: não eliminaremos as *balas perdidas* se não apurarmos a verdade dos anos de terror de Estado de modo a ultrapassarmos certa cultura da impunidade. Pois a *bala perdida* e, como o silêncio e o esquecimento, o ato sem assinatura pelo qual ninguém se responsabiliza” (TELES, 2011, p. 318, grifos no original).

ao passado, coloca-se como uma tarefa política para o presente – o que implica a reabertura de um futuro. O horizonte neoliberal, radicalizado com as medidas de austeridade pós-2008, parece ter potencializado uma revolta geracional, que já acompanhávamos desde os chamados “movimentos antiglobalização” da virada do milênio. A uma crise política que vem afetando as gerações mais jovens, divididas entre expectativas, oportunidades e frustrações diante das alegadas “infinitas possibilidades” do mundo globalizado, soma-se na Espanha, bem como no Brasil, uma luta política em torno da memória histórica sobre a ditadura e uma contestação do legado do “pacto democrático” que se erigiu em processos de transição negociados.

Como colocou Edson Teles (2018, p. 11-113), em reflexão sobre a crise brasileira recente, que explodiu em 2013, não se trata de estabelecer uma indistinção entre democracia e ditadura, mas de procurar compreender como movimentos sociais promovem de fato uma aproximação da atual democracia com a ditadura. Num estudo comparativo que não se limite a congelar situações previamente definidas, acreditamos que, para o Brasil, a noção de conflito geracional pode ajudar a melhor elucidar o fato de que, passadas três décadas do fim da ditadura, uma nova geração de jovens tenha surgido contestando os profundos déficits que marcam nossa democracia limitada. Em ambos países, coloca-se a questão de uma permanência de um estado de exceção, seja na forma de aparatos de violência institucional, seja no estado de exceção econômico que se revela em momentos de crise, apesar dos apelos à ordem ou mesmo ao imaginário dos “pactos sociais”, à sua maneira baseados numa certa interpretação histórica.

## Referências

ABRÃO, Paulo e TORELLY, Marcelo D. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: PRONER, Carol e ABRÃO, Paulo (coord.). **Justiça de Transição – Reparação, Verdade e Justiça: perspectivas comparadas Brasil-Espanha**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2013, p. 235-269.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí-SP: Paco, 2017.

BBC. España y los “escraches”: ¿protesta legítima o acoso?, **BBC News**, 24 abr. 2013. [https://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/04/130424\\_espana\\_escrache\\_acoso\\_polemica](https://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/04/130424_espana_escrache_acoso_polemica). Acesso em 16 ago. 2021.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** (Obras escolhidas, v. 1). Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

BEVERNAGE, Berber. **Caminhos para a teoria da história: filosofia das historicidades e a questão da justiça histórica.** Tradução Walderez Ramalho. Coleção Fronteiras da Teoria, volume 3. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

\_\_\_\_\_. **História, memória e violência de Estado: tempo e justiça.** Tradução André Ramos, Guilherme Bianchi; Revisão técnica: Valdei Lopes de Araújo, Walderez Ramalho. Serra: Editora Milfontes/ Mariana: SBTHH, 2018.

BRITO, Ana Paula. **Escrachos aos torturadores da ditadura.** Ressignificando os usos da memória. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CABRERA, Elena. “los nietos del franquismo ‘heredan’ inconscientemente el sufrimiento de sus padres y de sus abuelos” [entrevista con Clara Valverde]. **elDiario.es**, 29 jun. 2014. Disponível em: [https://www.eldiario.es/sociedad/transmision-generacional-violencia-politica-espana\\_1\\_4797500.html](https://www.eldiario.es/sociedad/transmision-generacional-violencia-politica-espana_1_4797500.html). Acesso em: 14 ago. 2021.

CARR, Raymond. **España: de la Restauración a la democracia, 1875-1980.** Barcelona: Ariel, 2015.

CEPÊDA, Vera Alves. Karl Mannheim e o desafio da compreensão sobre a mudança social. In: CEPÊDA, Vera A., MAZUCATO, Thiago e FONTANA, Felipe (orgs.). **Interfaces da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim.** São Carlos: Ideais, Intelectuais e Instituições, UFSCAR, 2015, p. 9-30.

G1. Sigla ‘15M’ usada por manifestações no Brasil tem origem na Espanha. 15 mai. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/05/sigla-15m-usada-por-manifestacoes-no-brasil-tem-origem-na-espanha.html>. Acesso em: 13 set. 2021.

GREPPI, Andrea. La demanda de memoria – transición, diálogo y democracia. In: PRONER, Carol e ABRÃO, Paulo (coord.). **Justiça de Transição, – Reparação, Verdade e Justiça: perspectivas comparadas Brasil-Espanha.** Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2013, p. 51-69.

JULIÁ, Santos. De hijos a nietos: memoria e historia de la Guerra Civil en la transición y en la democracia. In: OLMOS, Ignacio Olmos y KEILHOLZ-RÜHLE, Nikky (eds.). **La cultura de la memoria.** La memoria histórica en España y Alemania. Madrid: Iberoamericana, 2009, p. 79-88.

MANNHEIM, Karl. “El problema de las generaciones”. Trad. Ignacio Sánchez de la Yncera, **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, n. 62, 1993, p. 193-242. Disponível em: [https://reis.cis.es/REIS/PDF/REIS\\_062\\_12.pdf](https://reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_062_12.pdf). Acesso em: 8 jun. 2022.

MAQUEDA, Paqui. El Movimiento Memorialista – de la fosa a la justicia universal. In: PRONER, Carol e ABRÃO, Paulo (coord.). **Justiça de Transição, op. cit.**, 2013, p. 223-232.

MONEDERO, Juan Carlos. **La Transición contada a nuestros padres.** Sexta edición (actualizada) [1ª edición: 2011]. Madrid: Los Libros de La Catarata, 2017, Ed. Kindle.

MORUNO, Jorge. *¡10,100,1000 escraches!*. La revuelta de las neuronas. **Público**, 23 mar. 2013. Disponível em: <https://blogs.publico.es/jorge-moruno/2013/03/23/101001000-escraches/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **No tengo tiempo.** Geografías de la precariedad. Prólogo: Raimundo Viejo. Madrid: Ediciones Akal, 2018. Ed. Kindle.

PERES, João. Escracho, uma maneira de mostrar que a ditadura tem rosto – e vida. **Rede Brasil Atual**. 8 de abr. de 2012. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/04/escracho-uma-maneira-de-mostrar-que-a-ditadura-tem-rosto-2013-e-vida/>. Acesso em: 20 mai. 2022.

- PETERSEN, Anne Helen. **Não aguento mais não aguentar mais**. Como os Millennials se tornaram a geração do burnout. Trad. Giu Alonso. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2012.
- PRESTON, Paul. **A guerra civil de Espanha**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- REIG TAPIA, Alberto. A Guerra Civil Espanhola: Historiografia e Revisionismo. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois**. São Paulo: Edusp, 2011, 17-48.
- \_\_\_\_\_. Cultura política y vía pacífica a la democracia. El miedo y el olvido en la transición española. In: OLMOS, Ignacio Olmos y KEILHOLZ-RÜHLE, Nikky (eds.). **La cultura de la memoria**. La memoria histórica en España y Alemania. Madrid: Iberoamericana, 2009, p. 107-127.
- REVISTA O VIÉS. Ditaduras de ontem, democracias do amanhã: uma entrevista com Ángel Rodríguez Gallardo. 03 de mar. 2016. Disponível em: <https://www.revistaovies.com/2015/04/23/ditaduras-de-ontem-democracias-do-amanha-uma-entrevista-com-angel-rodriguez-gallardo/>. Acesso em: 4 de jul. 2022.
- ROBLEDO, Ricardo. El giro ideológico en la historia contemporánea española: “Tanto o más culpables fueron las izquierdas”. **DEHE**. Artículos del Departamento de Economía e Historia Económica, 2015, p. 303-338. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10366/125717>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- RODRIGUEZ GALLARDO, Ángel. A imprescindível recuperação da memória histórica da Galiza contemporânea. In: TAIBO, Carlos et. al. **A Galiza do Século XXI**. Ensaio para a Revolução Galega. Compostela (Galiza): Abrente Editora, 2007.
- SCHAVELZON, Salvador. A formação do Podemos. América do Sul, populismo pós-colonial e hegemonia flexível. Tradução: Mateus Yuri Passos. **Novos Estudos Cebrap**, nov. 2015, p. 33-57. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/8WjDYDZKWgS8gytW6SVdRvR/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- SEVILLANO CALERO, Francisco. **La cultura de guerra del “nuevo Estado” franquista**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2017. [Edição do Kindle].
- SOUSA, Janice Tirelli P. de. Apresentação do dossiê: A sociedade vista pelas gerações. **Política & Sociedade**. Revista de Sociologia Política, v. 5, n. 8, 2006, p. 09-29. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1802>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 299-318.
- \_\_\_\_\_. **O abismo da história: ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade**. São Paulo: Alameda, 2018.
- TELES, Janaina de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 253-298.
- VALVERDE, Clara. **Desenterrar las palabras**. Transmisión generacional del trauma generacional de la violencia política del siglo XX en el Estado español. Madrid: Icaria, 2014.
- VELA GARCÍA, Fidel. “La generación de los nietos desprecian la Transición”. **elPeriódico.com**, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://www.elperiodico.com/es/entre-todos/participacion/generacion-nietos-desprecian-transicion-107539>. Acesso em: 14 ago. 2021.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 30/01/2023  
Aprovado em: 28/02/2023